



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

**3º Quadrimestre de 2009**  
**Salvador, 23 de fevereiro de 2010.**

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA  
JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA  
CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA  
CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE  
PEDRO CÉSAR GASPAR DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E  
CONTROLE FINANCEIRO  
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

DIRETOR DO TESOURO  
JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA  
WASHINGTON BONFIM MASCARENHAS VENTIN

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RECEITAS	5
2.1 Receitas Correntes	6
2.1.1 Receitas Tributárias	6
2.1.2 Transferências Correntes	8
2.2 Receitas de Capital	8
3. DESPESAS	9
3.1 Despesas Correntes	10
3.2 Despesas de Capital	11
4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	11
5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES	11
6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	12
7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE	13
8. RESTOS A PAGAR	14
9. RESULTADO PRIMÁRIO	15
10. RESULTADO NOMINAL	15
11. DÍVIDA PÚBLICA	16
12. CONCLUSÃO	16
13. GLOSSÁRIO	18

## 1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira no 3º quadrimestre de 2009, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais, quadrimestrais e anuais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 30 e 31 de janeiro de 2010, e 11 de fevereiro de 2010 (consolidados), em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101/2000.

Por oportuno, vale ressaltar que os dados incorporam os efeitos da crise atual, de caráter financeiro, que reproduz de forma ampliada a crise asiática 1997-98, que possuía no seu seio ativos financeiros inflados de grande risco, o que reforça seu caráter estrutural e cíclico, tendência que tem sido enfrentada de forma eficiente pelas políticas anticíclicas, pelo Governo Federal secundadas pelo Governo do Estado.

O enfrentamento aos efeitos da crise no País, tem sido feito não apenas com a política monetária e suas consequências na taxa básica de juros, mas, também, com a existência do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), investimentos programados, a permitir uma menor sensibilidade aos efeitos externos. Ações e incentivos aos diversos setores da economia, a exemplo do imobiliário, com impacto positivo na geração de renda e emprego nos segmentos de baixa qualificação, combinado com políticas de crédito ao setor agrícola, além da renúncia fiscal à indústria de consumo durável, com forte impacto como política anticíclica é, contudo, realizada com grande esforço e ônus para todos os níveis de governo. Por sua vez e consequência, observa-se a descontinuidade de aumento das receitas tributárias em nível superior ao crescimento do produto, que possibilitava a expansão dos gastos. Observe-se que a Bahia foi o segundo estado mais prejudicado em relação ao ICMS, devido a importância dos itens petróleo e petroquímica, muito afetados pela crise.

A instabilidade dos mercados financeiros globalizados, incertezas decorrentes do tamanho das perdas dos títulos inflados artificialmente através dos diversos instrumentos de securitização, derivativos, hedges etc., originados no mercado americano e zona do euro tende a continuar a pressão sobre o nível da atividade

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

global, não obstante os esforços dos governos dos países ricos, até que seus esqueletos sejam totalmente expostos, conhecidos e avaliados pelo mercado.

Nesse contexto, apesar da posição relativamente privilegiada da economia brasileira, todos sofrem inclusive a Bahia a guisa da questão fiscal e financeira.

## 2. RECEITAS

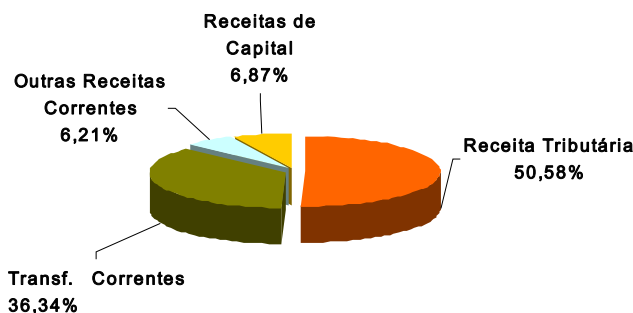
Balço Orçamentário da Receita					Em mil Reais
Discriminação	Previsão atualizada 2009	Realizado - Janeiro a Dezembro			Variação Nominal (%) 2009/2008
		2009	Orçamento % Realizado	2008	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>21.941.329</b>	<b>19.959.312</b>	<b>90,97</b>	<b>19.317.522</b>	<b>3,32</b>
Receita Tributária	11.886.064	10.840.388	91,20	10.886.568	(0,42)
Receita de Contribuições	1.300.510	1.226.913	94,34	1.027.654	19,39
Receita Patrimonial	328.606	219.558	66,81	246.955	(11,09)
Receita Agropecuária	1.232	236	19,14	30	678,17
Receita Industrial	124	9	7,63	0	-
Receita de Serviços	146.878	90.485	61,61	65.345	38,47
Transferências Correntes	8.373.931	7.787.363	93,00	7.284.669	6,90
Outras Receitas Correntes	1.120.498	750.448	66,97	677.747	10,73
Conta Retificadora	(2.505.682)	(2.317.838)	92,50	(2.173.385)	6,65
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.289.168	1.361.750	105,63	1.301.939	4,59
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.075.149</b>	<b>1.472.569</b>	<b>70,96</b>	<b>333.084</b>	<b>342,10</b>
Operações de Crédito	1.344.882	987.706	73,44	133.329	640,81
Alienação de Bens	99.118	4.352	4,39	12.388	(64,87)
Amortização de Empréstimos	58.662	62.935	107,28	67.849	(7,24)
Transferências de Capital	572.274	417.577	72,97	118.777	251,56
Outras Receitas de Capital	213	0	0,00	742	(100,00)
<b>Total</b>	<b>24.016.478</b>	<b>21.431.881</b>	<b>89,24</b>	<b>19.650.606</b>	<b>9,06</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas realizadas no ano de 2009, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 21,43 bilhões. Foram realizados 89,24% da previsão anual de receitas do Estado.

A frustração da arrecadação foi da ordem de 10,76%, em função das receitas arrecadadas situarem-se abaixo das expectativas previstas no orçamento, principalmente nos primeiros meses do ano quando os efeitos da crise financeira mundial foram mais evidentes. Apesar disto, o realizado de 2009 apresentou um crescimento de 9,06% em relação ao realizado de 2008.

## Composição da Receita Realizada 2009



Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com 50,58% e 36,34% de participação respectivamente, conforme gráfico.

### 2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

Foram realizadas nesta categoria R\$ 19,96 bilhões, representando uma realização de 90,97% das receitas correntes previstas no ano e uma variação nominal positiva de 3,32%, em relação a 2008.

#### 2.1.1 - Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 10,84 bilhões, apresentando uma redução nominal de 0,42% na arrecadação em relação ao realizado no ano anterior. Verificou-se uma frustração de receita de 8,80% em relação ao previsto, em função das oscilações verificadas na arrecadação da receita no início de 2009, provocados pelos efeitos da crise econômica mundial.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

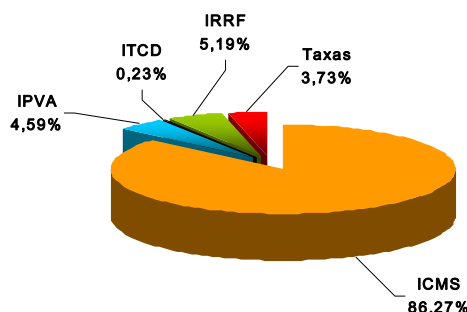
## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receita Tributária		Em mil Reais			
Receitas	Previsão atualizada 2009	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2009	Orçamento % Realizado	2008	Variação Nominal (%) 2009/2008
<b>Receita Tributária</b>	<b>11.886.064</b>	<b>10.840.388</b>	<b>91,20</b>	<b>10.886.568</b>	<b>(0,42)</b>
ICMS	10.399.751	9.352.063	89,93	9.558.039	(2,15)
IPVA	483.266	497.319	102,91	437.445	13,69
ITCD	12.099	24.461	202,17	18.147	34,79
IRRF	453.402	562.129	123,98	525.285	7,01
Taxas	537.546	404.417	75,23	347.652	16,33

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O gráfico a seguir, destaca a participação percentual dos principais itens das receitas tributárias realizadas em 2009.

**Composição da Receita Tributária  
2009**



As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 86,27% da receita tributária realizada, apresentaram arrecadação de R\$ 9,35 bilhões, com uma realização de 89,93% da previsão anual. Desta forma, a perda de receita foi de 10,07%. O valor realizado proporcionou uma variação nominal negativa de 2,15% em comparação com o efetivado no ano anterior.

O IPVA apresentou uma variação nominal positiva de 13,69% se comparado com o realizado em 2008, sendo arrecadado R\$ 497,31 milhões, reflexo das medidas adotadas pelo Governo para a recuperação das vendas de automóveis e também pelo esforço empreendido na ação fiscalizadora.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 7,01% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 562,13 milhões. Esse incremento decorre, em parte, do realinhamento dos salários decidido nas mesas de negociação.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

### 2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 39,02 % das Receitas correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, tendo totalizado em 2009 o montante R\$ 7,79 milhões.

Transferências Correntes						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2009	Realizado - Janeiro a Dezembro				
		2009	Orçamento % Realizado	2008	Varição Nominal (%) 2009/2008	
<b>Transferências Correntes</b>	<b>8.373.931</b>	<b>7.787.363</b>	<b>93,00</b>	<b>7.284.669</b>	<b>6,90</b>	
FPE	4.685.988	4.252.534	90,75	4.220.382	0,76	
IPI Exportação	286.164	189.927	66,37	248.109	(23,45)	
Salário Educação	41.420	64.357	155,38	55.933	15,06	
Compens.Lei Kandir	65.118	54.398	83,54	54.356	0,08	
Auxílio Exportação	73.827	60.024	81,30	102.771	(41,59)	
Royalties	244.219	203.761	83,43	264.110	(22,85)	
Transferências FUNDEB	1.687.903	1.678.147	99,42	1.307.855	28,31	
Transf. de Convênios	215.551	149.375	69,30	182.408	(18,11)	
Outras Transferências	1.073.742	1.134.840	105,69	848.746	33,71	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O item mais significativo foi o FPE que participou com 54,61 % do total realizado das transferências correntes, e apresentou uma variação nominal positiva de 0,76 % em relação a 2008.

Neste item é importante lembrar a mudança de metodologia na contabilização, determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional: em 2008, a 1ª. Cota de janeiro foi contabilizada em dezembro 2007, já em 2009, a 1ª. Cota de janeiro foi contabilizada no próprio ano de 2009. Fazendo-se o ajuste nos números, verifica-se que, ao invés do crescimento apresentado (0,76%), houve realmente uma queda de 3,50%, e, conseqüentemente, um incremento total das transferências de apenas 4,24%.

O item Outras Transferências atingiu R\$ 1,13 bilhão, representando um acréscimo de 33,71%, se comparado a 2008. Este aumento foi impulsionado pela realização de R\$ 997,73 milhões de transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde – SUS.

### 2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital atingiram o valor de R\$ 1,47 bilhão e contemplam os ingressos referentes às Operações de Crédito (R\$ 987,71 milhões), Alienação de



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Bens (R\$ 4,35 milhões), Amortizações de Empréstimos (R\$ 62,93 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 417,58 milhões).

Foi realizado nessa rubrica 70,96% do previsto e a frustração foi da ordem de R\$ 602,58 milhões.

Receitas de Capital						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2009	Receitas Realizadas				
		2009	Orçamento % Realizado	2008	Varição Nominal (%) 2009/2008	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.075.149</b>	<b>1.472.569</b>	<b>70,96</b>	<b>333.084</b>	<b>342,10</b>	
Operações de Crédito	1.344.882	987.706	73,44	133.329	640,81	
Operações de Crédito Internas	483.930	206.506	42,67	82.726	149,63	
Operações de Crédito Externas	860.952	781.200	90,74	50.603	1.443,79	
Alienação de Bens	99.118	4.352	4,39	12.388	(64,87)	
Amortização de Empréstimos	58.662	62.935	107,28	67.849	(7,24)	
Transferências de Capital	572.274	417.577	72,97	118.777	251,56	
Outras Receitas de Capital	213	0	0,01	742	(100,00)	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Os ingressos de recursos através de Operações de Crédito, que proporcionaram uma receita de R\$ 987,71 milhões e variação nominal positiva de 640,81% em relação ao ano anterior, deveram-se principalmente às operações externas no valor de R\$ 781,2 milhões, em função da liberação dos recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS.

Nas operações internas destaca-se o Programa Emergencial de Financiamento para os Estados e o Distrito Federal - PEF, efetuado com o BNDES.

A receita de Amortização de empréstimos apresentou um índice de realização de 107,28 % em relação ao previsto, totalizando R\$ 62,93 milhões.

As Transferências de capital, formadas em sua totalidade pelas transferências de convênios, apresentaram uma realização de R\$ 417,58 milhões, com variação nominal de 251,56% em relação a 2008.

### 3. DESPESAS

As despesas realizadas no ano de 2009 totalizaram R\$ 21,37 bilhões, correspondentes a 89,00% do valor orçado. Em relação ao ano anterior o crescimento foi de 7,55%.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Balço Orçamentário da Despesa					Em mil Reais
Discriminação	Previsão atualizada 2009	Executada - Janeiro a Dezembro			Variação Nominal (%) 2009/2008
		2009	Orçamento % Realização	2008	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>19.908.538</b>	<b>18.534.874</b>	<b>93,10</b>	<b>17.002.090</b>	<b>9,02</b>
Pessoal e Encargos Sociais	10.832.918	10.500.244	96,93	9.380.190	11,94
Juros e Encargos da Dívida	539.209	525.354	97,43	565.027	(7,02)
Outras Despesas Correntes	8.536.411	7.509.276	87,97	7.056.872	6,41
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.107.941</b>	<b>2.840.059</b>	<b>69,14</b>	<b>2.872.939</b>	<b>(1,14)</b>
Investimentos	2.564.793	1.329.025	51,82	1.217.185	9,19
Inversões Financeiras	268.539	245.310	91,35	198.000	23,89
Amortização da Dívida	1.274.609	1.265.724	99,30	1.457.755	(13,17)
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>24.016.478</b>	<b>21.374.933</b>	<b>89,00</b>	<b>19.875.029</b>	<b>7,55</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto à composição, observa-se que o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 49,12% de participação no total realizado em 2009, seguidos das Outras Despesas Correntes com 35,13%, Dívida Pública com 8,38% e Investimentos e Inversões Financeiras com 7,37%, de participação no total realizado em 2009.

### Composição das Despesas Realizadas 2009



### 3.1 - Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. Em 2009, as despesas correntes totalizaram R\$ 18,53 bilhões, representando uma realização de 93,10 % do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 10,50 bilhões, correspondendo a 96,93 % da previsão anual. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

crédito internas e externas, somaram R\$ 525,35 milhões, correspondendo a 97,43% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 7,51 bilhões, correspondentes a 87,97% do fixado para o ano.

### 3.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 2,84 bilhões. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 1,33 bilhão, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 1,27 bilhão, e Inversões Financeiras com R\$ 245,31 milhões.

## 4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Apurado superávit orçamentário de R\$ 56,95 milhões, fruto das receitas realizadas em montante equivalente a 89,24% da previsão anual e despesas empenhadas no percentual de 89,00%. O comparativo de receitas e despesas demonstra de forma resumida o percentual realizado em relação ao previsto.

O Estado gerou poupança corrente da ordem de R\$ 1.424 milhões, suficientes para cobrir o *déficit* nas contas de capital, R\$ 1.367 milhões, e alcançar um *superávit* orçamentário da ordem de R\$ 56.948 mil.

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas					Em mil Reais
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Empenhadas		
	Janeiro a Dezembro de 2009	Orçamento % Realização	Janeiro a Dezembro de 2009	Orçamento % Realização	
Correntes	19.959.312	90,97	18.534.874	93,10	
Capital	1.472.569	70,96	2.840.059	69,14	
<b>TOTAL</b>	<b>21.431.881</b>	<b>89,24</b>	<b>21.374.933</b>	<b>89,00</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

## 5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite máximo permitido pela LRF.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Devido à crise mundial, que afetou as principais receitas do Estado (ICMS e FPE), a Receita Corrente Líquida - RCL apresentou uma queda no final do exercício. Essa queda, aliada à política de valorização do servidor provocaram crescimento do percentual comprometido com a despesa de pessoal, tendo o Estado atingido, no final do exercício, o limite prudencial. Com a recuperação das receitas observada nos últimos meses, estima-se que ainda no primeiro quadrimestre de 2.010, esta situação seja alterada e apresente comprometimento total abaixo do limite prudencial.

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida 3º Quadrimestre 2009			
Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	46,75	46,17	48,60
Legislativo	2,88	3,23	3,40
Assembléia	1,48	1,83	1,93
TCE	0,82	0,86	0,90
TCM	0,57	0,54	0,57
Judiciário	5,93	5,70	6,00
Ministério Público	1,63	1,90	2,00
<b>Total</b>	<b>57,19</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/ RCL últimos 12 meses = R\$ 14.671.427 mil

## 6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram R\$ 3,33 bilhões, representando 27,42% da Receita Líquida de Impostos, superando o limite constitucional de 25%.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em mil Reais
Descrição	Realizado Janeiro a Dezembro		Limite Constitucional Anual
	2009	2008	
Receita Líquida de Impostos	12.155.265	12.247.925	
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	3.332.769	3.392.056	
% Aplicado na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	<b>27,42%</b>	<b>27,69%</b>	<b>25,00%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

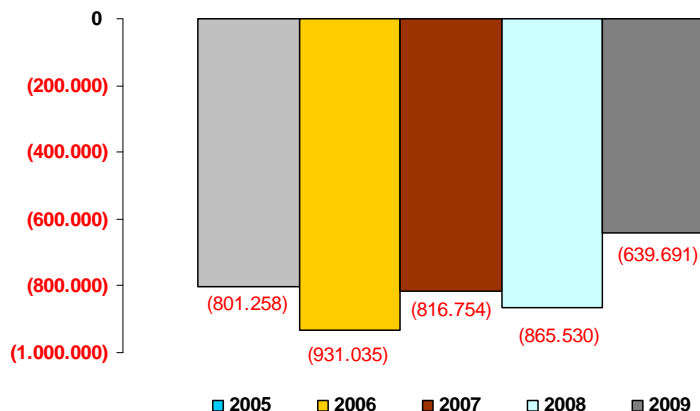
FUNDEF / FUNDEB				Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado	
2005	(1.217.405)	416.147	(801.258)	
2006	(1.376.031)	444.996	(931.035)	
2007	(1.653.222)	836.469	(816.754)	
2008	(2.173.385)	1.307.855	(865.530)	
<b>2009</b>	<b>(2.317.838)</b>	<b>1.678.147</b>	<b>(639.691)</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, creche e alunos de ensino médio.

Em 2009, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 2,32 bilhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 1,68 bilhão.

### Resultado do FUNDEF / FUNDEB



## 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

As despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 1,69 bilhão, correspondendo a 13,89 % da Receita Líquida de Imposto e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

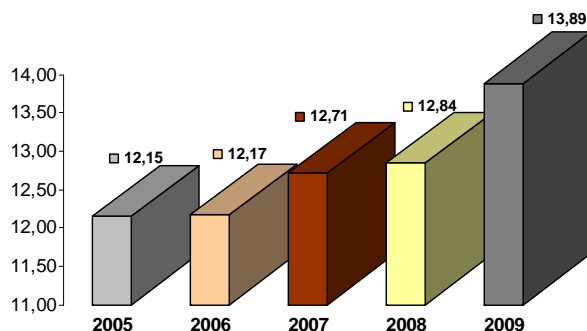
## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesas Próprias com Saúde			Em mil Reais
Descrição	Realizado Janeiro a Dezembro		Limite Constitucional Anual
	2009	2008	
Receita Líquida de Impostos	12.155.265	12.247.925	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.687.967	1.572.385	
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	<b>13,89%</b>	<b>12,84%</b>	<b>12,00%</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

**Evolução anual das Despesas com Saúde  
2005-2009**



## 8. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2009, os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 470,25 milhões, dos quais R\$ 449,73 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 20,52 milhões pelos Poderes: Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Demonstrativo dos Restos a Pagar 2009				Em mil reais
Descrição	Não Processados do Exercício	Processados		Total Geral
		Exercícios Anteriores	Do Exercício	
<b>Poder Executivo <sup>1</sup></b>	<b>125.739</b>	<b>27.626</b>	<b>296.360</b>	<b>449.725</b>
Administração Direta	27.969	23.416	143.525	194.910
Administração Indireta	97.770	4.210	152.835	254.815
<b>Poder Judiciário</b>	<b>10.360</b>	-	<b>14</b>	<b>10.374</b>
Administração Direta	2	-	-	2
Administração Indireta	10.358	-	14	10.372
<b>Poder Legislativo</b>	<b>3.466</b>	<b>1.517</b>	<b>3.297</b>	<b>8.280</b>
Administração Direta	3.466	1.517	3.294	8.277
Administração Indireta	-	-	3	3
<b>Ministério Público</b>	<b>951</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>961</b>
<b>Defensoria Pública</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>908</b>	<b>909</b>
<b>Total</b>	<b>140.516</b>	<b>29.150</b>	<b>300.585</b>	<b>470.249</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

<sup>1</sup> Inclui o valor de R\$ 26.623 mil referente ao Serviço da Dívida a pagar.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O governo tem se esforçado para que seja empenhada toda despesa incorrida e reconhecida até o ano, obedecendo desta forma a Lei 4.320/64.

### 9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para que, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

Demonstrativo do Resultado Primário		Em mil reais	
Descrição	Realizado Janeiro a Dezembro		
	2009	2008	
1 Receitas Fiscais Correntes	19.766.483	19.106.671	
2 Receitas Fiscais de Capital	417.577	119.519	
<b>3 Receitas Fiscais ( 1 + 2 )</b>	<b>20.184.060</b>	<b>19.226.190</b>	
4 Despesas Fiscais Correntes	18.009.520	16.437.063	
5 Despesas Fiscais de Capital	1.436.561	1.351.782	
<b>6 Despesas Fiscais (4+5)</b>	<b>19.446.082</b>	<b>17.788.844</b>	
<b>Resultado Primário ( 3-6 )</b>	<b>737.978</b>	<b>1.437.346</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Meta de Resultado Primário - Lei Orçamentária Anual: R\$ 698,05 milhões.

Resultado Primário foi de R\$ 737,98 milhões, superior à meta anual estabelecida na LOA, no valor de R\$ 698,05 milhões.

### 10. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Em relação ao exercício anterior houve redução desta dívida em R\$ 1,00 bilhão.

Demonstrativo do Resultado Nominal		Em mil reais	
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 3º Quadr. 2009 (A-B)
	31/12/2009 (A)	31/12/2008 (B)	
<b>I - Dívida Consolidada</b>	<b>10.424.316</b>	<b>11.498.748</b>	
(-) Ativo Disponível	(1.303.751)	(1.751.261)	
(-) Haveres Financeiros	(215.352)	(102.893)	
(+) Restos a Pagar Processados	329.734	596.291	
<b>II - Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>9.234.947</b>	<b>10.240.885</b>	
III - Receita de Privatizações	-	-	
IV - Passivos Reconhecidos	-	-	
<b>IV - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II+III+IV)</b>	<b>9.234.947</b>	<b>10.240.885</b>	<b>(1.005.938)</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Meta de Resultado Nominal - Lei Orçamentária Anual:(-) R\$ 323,78 milhões.

## 11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do ano de 2009, a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 10,42 bilhões sendo R\$ 7,89 bilhões originários da dívida interna, R\$ 2,04 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 493,12 milhões. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final de 2008, verifica-se que houve redução de ordem de 9,34%.

Dívida Consolidada			Em mil reais
Tipo	Ano		% Variação
	2009	2008	
Interna	7.889.765	9.108.792	(13,38)
Externa	2.041.427	1.921.763	6,23
Outras	493.124	468.193	5,32
<b>Total</b>	<b>10.424.316</b>	<b>11.498.748</b>	<b>(9,34)</b>

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / GEPUB

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,63 no final de 2009. Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a RCL.

Dívida Consolidada Líquida / RCL			Em mil reais
Descrição	DCL	RCL	DCL / RCL
Exercício de 2006	11.616.488	11.360.178	1,02
Exercício de 2007	10.370.837	12.584.607	0,82
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72
<b>Exercício de 2009</b>	<b>9.234.947</b>	<b>14.671.427</b>	<b>0,63</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB

Nota: Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

## 12. CONCLUSÃO

O Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 737,98 milhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 21,43 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 21,37 bilhões, resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 56,95 milhões.



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Para as receitas orçadas esperava-se um crescimento de 22,22% em relação ao valor realizado de 2008, entretanto, em decorrência da crise financeira mundial, o aumento foi de 9,06 %, ou seja, uma redução de 13,16% em relação às expectativas iniciais.

Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 1,00 bilhão.	Metas da Lei Orçamentária Anual - 2009		Em mil reais
	Descrição	Valor realizado	Meta Anual
	Resultado Primário	737.978	698.050
	Resultado Nominal	(1.005.938)	(323.781)

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

A relação da Dívida Consolidada Líquida com a Receita Corrente Líquida também apresentou redução, encerrando o quadrimestre em 0,63. Os limites referentes à dívida pública, garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite máximo permitido pela LRF. Os limites de educação e saúde também foram superados conforme já demonstrado.

### Limites Constitucionais e Legais

Denominação	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo
Despesa de Pessoal	57,19	57,00	60,00
Dívida	0,63	1,80	2,00
Garantias de Valores	0,67	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	6,73	-	16,00
Op. de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	7,00

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Denominação	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	27,42%	25%
Saúde	13,89%	12%

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais. Salvador, 23 de fevereiro de 2010.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2009, realizou-se no dia 16 de março de 2010, decorrente de acordo no Legislativo.

## **GLOSSÁRIO**

### **Amortização da Dívida**

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

### **Conta Retificadora da Receita Orçamentária**

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

### **Despesas Correntes**

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

### **Despesas de Capital**

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

### **Despesas Fiscais**

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

### **Despesas Intra-Orçamentárias**

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

### **Despesa Total com Pessoal**

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

### **Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites**

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

### **Dívida Consolidada ou Fundada**

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

### **Dívida Consolidada Líquida**

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

### **Estado**

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

### **Fonte de Recursos**

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

### **Inversões Financeiras**

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

### **Investimentos**

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

### **Metas Fiscais**

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

### **Receitas Correntes**

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

### **Receita Corrente Líquida**

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

### **Receitas de Capital**

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

### **Receita Intra-Orçamentária**

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

### **Receita Líquida de Impostos**

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

### **Receita Orçamentária**

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

### **Receita Própria**

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

### **Receitas Fiscais**

São as receitas resultantes das ações precípua do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

### **Restos a Pagar**

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

### **Resultado Nominal**

É a variação da dívida consolidada líquida.

### **Resultado Primário**

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e,

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

### **SICOF**

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

### **Superávit Orçamentário**

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.